

municipal varia de R\$ 2,10 a R\$ 7,02 a hora conforme o tipo de serviço e a idade do usuário. A discrepância de valor financiamento dos outros dois entes federativos, varia de quatro a seis vezes a menor que o custo, descaracterizando assim o caráter tripartite e apontando para a precarização da atenção.

A política de assistência social conta, como a Saúde, com as instâncias de pactuação entre órgãos gestores: a Comissão Intergestora Tripartite – CIT, composta pelo gestor federal, gestores estaduais e gestores municipais; a Comissão Intergestora Bipartite – CIB, com representação em cada estado, pelo governo estadual gestores municipais. Além das instâncias de pactuação há coletivos de representação de gestores como o Fonseas - Fórum dos Secretários Estaduais de Assistência Social: o CONGEMAS e os COEGEMAS, Colegiado Nacional (ou Estadual) de Gestores Municipais da Assistência Social. Esses colegiados indicam os representantes dos gestores na CIB e na CIT como também, a ocupação dos assentos de representação nos Conselhos Estaduais e Nacional de Assistência Social.

A partir de 2007 foi criado um novo mecanismo de pactuação denominado Pacto de Aprimoramento com incidência direta nas decisões de financiamento, pois esse pacto resulta em um protocolo entre a União e o ente federativo estadual ou municipal, cujo conteúdo estabelece metas a alcançar em três anos cuja evolução e atendimento de metas é que subsidia a decisão de transferência fundo a fundo.

Há, porém, uma característica que desde a CF-88, da LOAS 1993, ou da PNAS-04 já deveria ter sido resolvida. O orçamento da assistência social não foi renominado e reconceituado pela nomenclatura da PNAS-04. Isto bloqueia a transparência para o monitoramento dos gastos na assistência social nas seguranças de convívio, acolhida, sobrevivência. As formas de gastos com benefícios e serviços precisam ser alteradas para mostrarem com clareza a alocação de recursos.

Examinar o orçamento da assistência social da cidade de São Paulo que reúne a maior concentração quantitativa da demanda pelos serviços e benefícios socioassistenciais traz à tona esses elementos. Na Prefeitura de São Paulo o